rbpae

DOI 10.21573/vol41n12025.152522

CC BY NC SA

EDITORIAL

Retomada Democrática e os Desafios da Educação Brasileira em 2025

DANIELA DA COSTA BRITTO PEREIRA LIMA

MARCELO SIQUEIRA MAIA VINAGRE MOCARZEL

MARIA ANGÉLICA PEDRA MINHOTO

É com satisfação que apresentamos o volume 41 da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), periódico científico editado pela Associação Brasileira de Política e Administração da Educação (ANPAE), que se consolida como referência fundamental no campo da política educacional brasileira. Esta edição reúne uma produção científica robusta composta por trinta artigos, três resenhas, uma entrevista e dois dossiês temáticos, configurando-se como um importante instrumento para o debate e a reflexão sobre os desafios contemporâneos da educação nacional.

A RBPAE tem desempenhado papel importante na disseminação do conhecimento científico sobre políticas e gestão educacional, contribuindo para a compreensão dos múltiplos aspectos que envolvem a administração dos sistemas de ensino no Brasil. Em um momento histórico marcado por transformações significativas no cenário educacional, este periódico reafirma seu compromisso com a produção acadêmica de excelência, articulando teoria e prática na análise das políticas educacionais.

O ano de 2025 apresenta um conjunto complexo de desafios para a educação brasileira que se entrelaçam e exigem atenção da comunidade acadêmica, dos gestores educacionais e dos formuladores de políticas públicas. Estes desafios adquirem relevância particular no contexto brasileiro atual, marcado pela necessidade de retomada democrática após um período de profundos retrocessos educacionais. As transformações políticas ocorridas no Brasil a partir de 2016, em consequência do impeachment da presidenta Dilma Rousseff conduzido pelo Congresso Nacional, resultaram na formação de novas alianças de poder. Esse rearranjo institucional abriu

espaço para a interrupção, o desmonte e a reorientação de políticas públicas, programas e iniciativas que vinham sendo implementados desde 2002. Nesse contexto, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, durante o governo Michel Temer (2016-2018), que instituiu severas restrições orçamentárias e afetou diretamente áreas estratégicas como educação, impondo um teto de gastos públicos por 20 anos, impactando diretamente as políticas educacionais e inviabilizando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Aguiar, 2020).

O gasto público com educação no Brasil caiu 2,5% ao ano entre 2015 e 2021, segundo relatório da OCDE (2024), situando o país na contramão da maioria dos 48 países analisados. Durante os governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), presenciou-se um desmonte sistemático das políticas educacionais conquistadas nas décadas anteriores: ataques às universidades públicas, desvalorização da ciência e da pesquisa, ausência de coordenação nacional durante a pandemia de COVID-19, alternância de quatro ministros da Educação em um único mandato, e cortes orçamentários que chegaram a 85% em determinados períodos. O Ministério da Educação, sob a gestão Bolsonaro, chegou a editar portarias e revogar pareceres normativos que garantiam a implementação do Custo-Aluno Qualidade (CAQ), único mecanismo legal capaz de assegurar financiamento suficiente para uma educação básica de qualidade no Brasil (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024).

Neste contexto de retomada democrática, os desafios de 2025 envolvem tanto a urgente necessidade de reconstrução das políticas educacionais quanto o enfrentamento de problemáticas estruturais históricas. A votação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e as discussões sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE) constituem a principal pauta do ano. Os desafios educacionais para 2025 e próximos anos incluem o aumento do financiamento público, a valorização dos professores, o direito à escola e aprendizagens, o acesso às tecnologias. Em 2023, as redes estaduais apresentaram mais professores temporários do que efetivos, sendo 51,6% de temporários e 46,5% de efetivos (Inep, 2024), evidenciando a precarização da carreira docente herdada do período anterior.

O ano de 2025 trouxe às redes de ensino desafios de implementação de novas regulamentações. Entre elas, está a Lei nº 15.100/2025, que restringe o uso de celulares nas escolas, e a Lei nº 14.945/2024, que institui a Política Nacional de Ensino Médio. De outro, persistem projetos que ameaçam frontalmente o caráter público e democrático da educação, como as tentativas de privatização das escolas e a expansão da militarização em diferentes regiões do país. Esses movimentos revelam uma disputa de projetos: de um lado, avanços legais que buscam fortalecer a escola pública; de outro, iniciativas que a enfraquecem e a submetem a lógicas autoritárias e mercantis, ainda decorrentes da gestão brasileira inflexiva e de retrocessos do período 2016-2022. Considerando esta realidade, as desigualdades persistem como marca estrutural da

educação brasileira: 33% de crianças e jovens em idade escolar nos países de renda baixa estão fora da escola, em comparação a apenas 3% nos países de renda alta. No contexto nacional, apenas 29% das escolas brasileiras declararam ter algum tipo de equipamento para acesso à internet pelos alunos (Millan et al, 2024), evidenciando a lacuna no acesso às tecnologias digitais.

Assim, os 30 artigos que compõem este volume abordam uma ampla gama de temas relevantes para o campo da política e administração educacional. Entre os destaques, encontram-se análises sobre gestão democrática, financiamento educacional, avaliação da educação superior, ensino médio, educação especial, assistência estudantil e currículo. A diversidade temática reflete a complexidade do campo educacional brasileiro e a necessidade de múltiplas abordagens para compreender seus desafios.

Artigos sobre gestão democrática examinam processos de escolha de diretores escolares, limites e possibilidades da participação comunitária, e o papel dos conselhos escolares. Estudos sobre financiamento analisam a evolução do Fundef ao Fundeb permanente, os mecanismos de regulação federal e os desafios da descentralização de recursos. Pesquisas sobre educação superior investigam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), políticas de assistência estudantil, lei de cotas e curricularização da extensão.

Destaca-se, em especial, o artigo de Carlos Roberto Jamil Cury, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador sênior do CNPq, intitulado "Sistema Nacional de Educação: um desafio em andamento em face das condicionalidades para a educação pública a partir das redes políticas e ideológicas instauradas no âmbito da sociedade política e civil". O texto oferece uma análise aprofundada do projeto de Sistema Nacional de Educação (SNE), aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei Complementar n. 235/2019, conforme determinado nos artigos 23, parágrafo único, e 211 da Constituição Federal.

O autor desenvolve uma reflexão crítica sobre a conceituação mínima de sistema, o histórico da questão, a legislação pertinente e os avanços e limites do projeto de SNE, contribuindo significativamente para o debate sobre a organização federativa da educação brasileira. Em um contexto em que o SNE constitui-se como desafio central para a coordenação e articulação dos sistemas de ensino, este artigo representa contribuição fundamental para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas educacionais.

Outro destaque desta edição é a entrevista concedida pela professora Márcia Angela da Silva Aguiar, atual presidenta da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e referência nacional no campo da Educação, especialmente nas áreas de política educacional e formação de professores. Realizada pelos pesquisadores Josiane Regina

de Souza Buzioli, Bruna Colombo Da Roit, Solange Loureiro Pozzuto e Adolfo-Ignacio Calderón, a entrevista "Márcia Angela da Silva Aguiar: A formação em nível de mestrado e doutorado em questão" aborda temas centrais como trajetória acadêmica, contexto das políticas de formação de professores, panorama da pós-graduação em Educação no Brasil e o papel das mulheres na pesquisa educacional.

A professora Márcia Angela compartilha suas reflexões sobre a formação de pesquisadores em nível de mestrado e doutorado, oferecendo contribuições valiosas sobre os desafios e perspectivas da pós-graduação em Educação. Sua trajetória acadêmica e seu protagonismo na construção de políticas educacionais mais democráticas e inclusivas inspiram novas gerações de pesquisadores comprometidos com a educação pública de qualidade.

Apresentamos dois dossiês, sendo um com o título "Educação e Tecnologia: criatividade, criatividade e políticas, organizado pelos professores Giselle Martins dos Santos Ferreira, Mirna Juliana Santos Fonseca e Rosália Duarte. Este dossiê reúne oito artigos que problematizam as relações entre educação e tecnologia sob perspectivas críticas. A seleção de textos apresenta debates contemporâneos sobre plataformização educacional, automação, produção audiovisual, soberania digital e o papel das EdTechs no contexto educacional brasileiro. O dossiê traz ainda uma entrevista exclusiva com Neil Selwyn, referência internacional nos estudos críticos sobre tecnologia educacional, ampliando o diálogo acadêmico sobre as implicações políticas, pedagógicas e sociais da integração tecnológica nos processos educativos. Em um momento em que a inteligência artificial e as tecnologias digitais se expandem rapidamente no campo educacional, as reflexões apresentadas neste dossiê contribuem para uma compreensão mais profunda dos desafios e possibilidades que emergem desse cenário.

O segundo dossiê, intitulado "Políticas de formação de professores na América Latina" foi organizado pelos professores José Rubens Lima Jardilino e Andréia Nunes Militão. Este dossiê apresenta uma análise comparativa das políticas de formação docente em diferentes países latino-americanos, incluindo Argentina, Chile, México, Colômbia e Brasil. Os nove artigos que compõem o dossiê oferecem um panorama abrangente dos desafios, avanços e retrocessos nas políticas de formação inicial e continuada de professores na região.

O dossiê destaca as tensões entre políticas de valorização docente e processos de privatização, além de examinar questões como gerencialismo, performatividade e o papel da filantropia na formação de professores. A perspectiva latino-americana permite compreender como diferentes contextos nacionais enfrentam desafios semelhantes relacionados à profissionalização docente e à qualidade da educação pública.

Também, para compor este magnífico volume da RBPAE, três resenhas contribuem para ampliar o debate acadêmico sobre temas fundamentais. A primeira resenha apresenta reflexões sobre métodos de pesquisa em Administração Pública e Gestão Pública, oferecendo subsídios metodológicos para pesquisadores do campo. A segunda aborda a urgente necessidade de combater o avanço do neoconservadorismo e suas implicações para a educação. A terceira resenha discute protagonismo estudantil e os desafios da democracia na escola, temática central para a gestão democrática da educação.

O volume 41 da RBPAE consolida-se como contribuição fundamental para o debate científico sobre política e administração educacional no Brasil e na América Latina. Os textos publicados demonstram o vigor da produção acadêmica nacional/internacional e sua capacidade de dialogar com questões contemporâneas que afetam a educação pública. Além disso, demonstra como o governo atual (Lula, 2023-atual) tem se comprometido com a superação das desigualdades sociais e regionais, reconhecendo a educação como metapolítica central para inclusão e desenvolvimento. Essa postura contrasta fortemente com a negligência e o desmonte dos governos anteriores, reafirmando a educação como direito e como eixo estruturante de um projeto nacional voltado para justiça social e cidadania.

Agradecemos aos autores, avaliadores e organizadores dos dossiês pela dedicação e compromisso com a qualidade científica desta publicação. Agradecemos também aos leitores que acompanham a RBPAE e contribuem para a circulação do conhecimento produzido no campo da política educacional.

Esperamos que os textos aqui reunidos inspirem novas pesquisas, fortaleçam o debate democrático sobre educação e contribuam para a construção de políticas educacionais mais justas, inclusivas e comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos os brasileiros, afinal, o Brasil é de todos os brasileiros.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Políticas de educação em questão: retrocessos, desafios e perspectivas. **Retratos da Escola**, [*S. l.*], v. 14, n. 30, p. 618–620, 2021. DOI: 10.22420/rde.v14i30.1255. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1255 . Acesso em: 17 dez. 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Custo aluno-qualidade (CAQ) novamente referendado pela CONAE 2024**, 2024. Disponível em: https://campanha.org.br/noticias/2024/02/14/custo-aluno-qualidade-caq-e-novamente-referendado-pela-conae-2024/. Acesso em: 16 dez. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica . Acesso em: 16 dez. 2025.

MILLAN, C. H.; MARIN, G. L.; GARCÍA-HERNÁNDEZ, S.; SANTOS, O. F. A.; KUESTER NETO, P. **Panorama da qualidade da internet nas escolas públicas brasileiras**. Ceptro.br; Nic.br; Cgi.br, 2024. Disponível em: https://medicoes.nic.br/media/Publicacao-internet-escolas-2024.pdf . Acesso em: 16 dez. 2025.

OECD. **Panorama da Educação 2024: Brasil, 2024**. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/09/education-at-a-glance-2024-country-notes_532eb29d/brazil_c4677b6a/eea51596-en.pdf . Acesso em: 16 dez. 2025.